
A ESCOLA E SEUS EFEITOS NA CONSTRUÇÃO DE SEXUALIDADES

Cristiane Theiss Lopes¹

Resumo: As identidades, práticas sexuais e de gênero ganham cada vez mais visibilidade. Porém, apesar de promovidas e anunciadas, são também reguladas, negadas e condenadas. Esse artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado, de abordagem qualitativa da área das ciências humanas que através de análise bibliográfica-documental e de entrevistas com professores e alunos em sua maioria Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans - LGBT, teve como objetivo compreender os discursos sobre sexualidade que perpassam o ambiente escolar e os efeitos de subjetividade desses discursos sobre os escolares. Como conclusões dessa discussão compreende-se a escola como um espaço importante no processo de reconhecimento da diversidade e combate ao preconceito, mas há a necessidade de mais investimento em pesquisas e formações de professores, iniciais e continuadas, em parceria com as Universidades.

Palavras-chave: Escola; Educação; Sexualidade.

SCHOOL AND ITS EFFECTS ON THE CONSTRUCTION OF SEXUALITY

Abstract: Identities, sexual and gender practices are gaining more and more visibility. However, although promoted and announced, they are also regulated, denied and condemned. This article presents an excerpt from a master's research, with a qualitative approach in the area of human sciences that, through bibliographic-documental analysis and interviews with teachers and students, mostly Lesbians, Gays, Bisexuals and Trans - LGBT, aimed to understand the speeches about sexuality that permeate the school environment and the effects of subjectivity of these speeches on the students. As conclusions of this discussion, the school is understood as an important space in the process of recognizing diversity and combating prejudice, but there is a need for more investment in research and teachers formation, both initial and continuing, in partnership with Universities.

Keywords: School; Education; Sexuality.

¹ Pedagoga, Mestre em Educação e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E- mail: theisslopes@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6381-8868>

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre gênero ainda vêm se constituindo nos últimos anos. Não é uma área plenamente consolidada e aceita. Entre os estudos de gênero a homossexualidade é um tema que gera muitos debates e questionamentos e a certeza da necessidade da pesquisa acadêmica para problematizar as respostas já existentes, permeadas de preconceitos e fundamentalismos. As identidades, práticas sexuais e de gênero são hoje muito mais visíveis do que antes. Porém, apesar de promovidas e anunciadas, são também reguladas, negadas e condenadas. São diversos os espaços que se exclui e se nega a homossexualidade, um destes espaços é a escola².

Os discursos sobre sexualidade que permeiam o espaço escolar constituem um referencial sobre gênero que configura, no presente trabalho de pesquisa, um campo de estudo. Através de análise bibliográfica-documental e de entrevistas, tem como meta geral compreender o referencial de gênero presente nos discursos que perpassam o ambiente escolar e os efeitos de subjetividade desses discursos sobre os escolares (professores e alunos).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa da área das ciências humanas (BOGDAN; BIKLEN, 1999) que analisa os dados empíricos à luz dos conceitos teóricos, entre eles, autores como Foucault (1971; 1988), Louro (1997; 2000), Eribon (2008), Borrillo (2010). Para a geração dos dados foram realizadas 13 entrevistas, com os professores e estudantes em sua maioria Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans – LGBT, residentes na cidade de Blumenau- SC, e que estudam ou lecionam em escolas da rede pública. As entrevistas realizadas são de caráter exploratório não tendo “como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos, mas sim abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspectos de um dado problema” (QUIVY, 1992 p.77). O tipo da entrevista é semiestruturada, para a qual foi elaborado um roteiro que permitiu organizar as questões mais centrais da temática e orientar a conversa. (QUIVY, 1992).

As análises das falas dos entrevistados junto à fundamentação teórica foram feitas a partir da análise do discurso (FOUCAULT, 1986) e apresentadas em duas sessões neste artigo. A primeira sobre a escola e a construção da sexualidade e a segunda sobre Educação, Heteronormatividade e Homofobia. No que foi possível compreender do referencial de gênero presente nos discursos que perpassam o ambiente escolar, é visível a moral existente ao se discutir sexualidade na escola, remetendo a discussão ao campo privado da família, quando não a silencia. Não se fala do que se conhece, ou melhor, do que se quer conhecer. Desta forma, é evidente a importância desse debate

² Como exemplo, apenas, cabe lembrar o projeto de lei PL10577/2018, proposto pelo ex-candidato à presidência Cabo Daciolo (PATRI) que tinha como ementa “Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil”. Além, da expressiva divulgação feita pelo Movimento Escola Sem Partido e Movimento Brasil Livre (MBL), que distorciam todas as discussões propostas para uma implementação da Educação sexual nas escolas. O que é visível até o momento com o Governo Federal, pela gestão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que foi eleito mesmo pronunciando uma Fake News sobre um possível “kit gay” que seria entregue nas escolas.

chegar ao espaço escolar e de forma mais ampla à sociedade. A escola é importante neste processo, trazendo informação e discussão para as salas de aula, reconhecendo a diversidade e ajudando no combate do preconceito. Portanto, como resultado, nas considerações finais, compreende-se que é necessário o investimento em pesquisas e formações, iniciais e continuada dos professores junto as universidades para o combate, não só da homofobia, mas de qualquer forma de preconceito e violência, favorecendo assim uma sociedade mais justa.

2 A ESCOLA E CONSTRUÇÃO DE SEXUALIDADES

A escola é um espaço discutido e pensado ao longo da história, pois ela é um ambiente de interações, vivência e experiências. Ela proporciona relações entre os sujeitos que a frequentam, sejam alunos, funcionários ou comunidade. Nela se constroem conhecimentos e saberes que marcam a subjetividade de cada uma dessas pessoas, como mostra a fala de um dos professores:

[...] a escola é complicado, de uma certa forma involuntária ela até combate sabe, os preconceitos, porque você faz amigos, você tá num convívio, então de repente um amigo de você diz que ele é gay e daí como é que você vai lidar com aquilo? Você vai saber que ele vai continuar a mesma pessoa. Então ela faz essas coisas involuntariamente no convívio, nas relações dessas pessoas, mas é uma coisa que se faz sozinha, mas graça a escola que deixa as pessoas juntas o ano inteiro e elas criam laços e conseguem se abrir, uma pra outra, as crianças vão se ajudando, mas é só por causa das relações, não tanto por causa da escola.
(Roberto, professor, 22 anos, 2015)³

Mas nem sempre foi assim, esta instituição, “concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada” (LOURO, 1997, p.57) e desta forma trouxe uma diversidade para dentro dela fazendo que seja repensada sobre esse olhar. A escola, concebida para ser um espaço de aprendizagem e crescimento pessoal, assegurada pela legislação, com amplos recursos públicos, nem sempre consegue realizar eficazmente seu papel. Sua história é permeada pela moral social mais ampla e nela se reproduzem os estereótipos e preconceitos dominantes nos demais espaços sociais. Nela também se sofre, se agride, se pune por banalidades de um moralismo exacerbado, como mostra outro professor que relembra sua experiência escolar como estudante:

Pro homossexual o período escolar é um inferno. É terrível. É a pior fase que tem na vida da gente. É a pior, a pior. Porque todo mundo fala em aceitação, fim do preconceito, mas a verdade não é essa. A verdade é que não há respeito, é muita piadinha, muita chacota, muita vulgarização. Não há um respeito. É muito aterrorizante.
(João, professor, 20 anos, 2015)

³ Para preservação da identidade dos participantes os nomes apresentados são fictícios. A pesquisa teve aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade (CAAE: 24418613.1.00005370 Número do parecer: 463559)

A necessária escolarização, imposta pela legislação, faz-nos questionar o seu papel como instituição disciplinadora e normalizadora. Importante lembrar que, dentro da sociedade, a escola não é neutra, ela é construtora de conhecimentos de si, dos outros e do mundo social. Ao vivenciar as experiências cotidianas de socialização que a escola proporciona, constituem-se na criança os saberes básicos, suas referências de mundo social, político, afetivo, linguístico, ético, sobre os quais se pautam sua conduta e decisões futuras. É nesse sentido que a escola atua diversos dispositivos de poder, constituintes de formas específicas de governabilidade das condutas. A escola (re)produz⁴ práticas e discursos assumidos como verdades, o que a torna, além de uma instituição de educação, também um espaço político.

A escola “através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização, desde seu início exerceu uma ação distintiva” (LOURO, 1997). Boa parte dos saberes que nela são transmitidos são cuidadosamente trabalhados para produção de um discurso pouco reflexivo, trazendo uma “naturalidade” e mantendo um papel acumulativo de conhecimento. Para um corpo disciplinado e normatizado é necessária uma mente igualmente passiva e isso é percebido pelo professor João:

E aí tudo é uma questão de educação, né? Se não muda, se não faz o aluno pensar, o aluno refletir desde o pré, como é que ele vai refletir agora? Como é que ele vai pensar em diversidade agora?

(João, professor, 20 anos, 2015)

Mesmo quando o Estado busca “debater” determinado tema, por meio de cartilhas ou, como no caso brasileiro dos cadernos intitulados Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997), alguns profissionais da educação nem ao menos os conhecem. Outros até refletem sobre o que é proposto pelos parâmetros educacionais, sobre temas transversais como diversidade, ética, sexualidade, mas não conseguem uma solidariedade com os parceiros na escola. O que se observa é pouca discussão ou mesmo desinteresse, principalmente em relação ao tema gênero e sexualidade, obnubilado pelos preceitos religiosos moralizantes ou mesmo por um senso comum, apático, sem reflexão, não permitindo criar outras possibilidades. Inserir o debate sobre homossexualidade e homofobia na escola é também colocar-se a escuta daquilo que não é dito, que é negado (BASSALO, 2011).

Qual é a discussão que se faz nestes espaços sobre a questão de gênero? Encontramos barreiras para discutir o tema em nossas escolas. Apesar de existirem vários documentos e fontes teóricas que indicam a necessidade de se discutir e tratar do tema sexualidade e gênero na educação escolar, o assunto ainda é praticamente inexistente nos espaços educacionais formais como mostra a fala do entrevistado:

⁴ O conceito de Reprodução pode ser aprofundado a partir dos autores Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1992), sendo referência nesta discussão o seu livro *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*.

[...] esse tema não é debatido em sala de aula. Por isso que é até um tabu, podemos dizer. Porque ninguém fala em sexualidade em sala de aula”.

(João, professor, 20 anos 2015)

Questões relevantes da vida social são parciais ou completamente negligenciadas pelas práticas institucionais de educação. São processos que tornam “invisíveis” certos temas e experiências. No que se refere à homoafetividade, no currículo se fazem invisíveis essas discussões.

O processo de invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar precisam ser desestabilizados. Uma invisibilidade que é tanto maior se fala de uma economia de visibilidade que extrapole os balizamentos das disposições estereotipadas e estereotipantes. Além disso, as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola. (JUNQUEIRA, 2009, p. 30).

As questões que se colocam à escola, se levarmos em conta o ponto de vista das pessoas que não se enquadram no estereótipo instituído pela moral oficial, são relevantes. Todas as pessoas são atingidas pelo tema da sexualidade, em qualquer idade, mas na infância e na adolescência a vulnerabilidade é ainda maior. As violências originadas pela homofobia resultam de processos educacionais estereotipados.

A escola continua sendo um espaço importante para observar e discutir articulações entre corpo, gênero e sexualidade do ponto de vista das relações de poder. Caberia então perguntar, por exemplo: em que medida normas de comportamento e práticas corporais vigentes no espaço escolar estão implicadas na produção de diferenças e desigualdades de gênero potencialmente violentas? (MAYER, 2009, p. 226).

Não adianta lamentar a agressão praticada por indivíduos ou grupos a pessoas com sexualidades diversas. É necessário trazer a discussão para a própria experiência, para o interior dos espaços educacionais, provocando o debate e a reflexão. Na escola, até o presente momento, o enfrentamento da homofobia, a superação dos preconceitos e das agressões está pesando exclusivamente sobre as vítimas, como podemos perceber na fala do professor Luiz ao relembrar sua experiência escolar como aluno:

E com experiência como aluno, eu sofri preconceito com as gurias mesmo, chegarem a fazer uma brincadeira tola que, contar todas as meninas da sala, e contar junto comigo e falar "ah, tem vinte e três gurias na sala" "mas não tem, tem vinte e duas" "não, tem vinte e três com você!" fazer ao ponto de sair chorando da sala.

(Luiz, professor, 23 anos, 2015)

Muitas vezes não encontrando uma saída para enfrentar essas agressões se naturaliza-as, ou seja, fundamentam-se numa heteronormatividade (BUTLER, 2008), em que ser homossexual é estar

“fora da norma”. Há escolas em que certos avanços se verificam quanto ao convívio com a diversidade, enquanto em outras o moralismo se sobrepõe, como mostra a fala do estudante Renato:

Renato: No meu antigo colégio era mais, todo mundo zuava da minha cara, nesse todo mundo aceita. Cris: tu podes contar um pouco como era no teu outro colégio? Renato: Ahh, no outro colégio todo mundo ficava rindo da minha cara, me xingando, os meninos, nenhum menino gostava de mim, eu só andava com menina, e era difícil a amizade, e...Cris: Esse outro colégio era daqui de Blumenau? Renato: ahamm Cris: e lá, você sofreu alguma violência verbal ou física? Renato: Muuuitas vezes Cris: a direção intervinha, os professores? Renato: ah, os diretores riam também aí eu ficava quieto. Era normal já para mim!
(Renato, estudante, 16 anos 2015)

Os depoimentos indicam que o preconceito ainda está presente no espaço escolar, às vezes camuflado, outras vezes explícito, com o apoio de quem deveria proteger e zelar pelo convívio com a diversidade. Muitos dos que sofrem com a homofobia tendem a guardar para si, e até por vezes desistem da escola, não completando assim o ensino básico⁵. O investimento em formação e trabalhos que conscientizem e transformem essa realidade são muito importantes.

Segundo o que se verifica ao analisar as entrevistas é que o medo de não ser aceito faz com que a pessoa se feche, esconda o que sente. Isso impõe à sua subjetividade que viva um mascaramento, muitas vezes sofrendo por não poder ser ela mesma.

Não eles não sabiam, era uma coisa que os professores não sabiam, eu não falava para ninguém, não era na frente deles e na escola nunca se tocava sobre o assunto.
(Felipe, professor, 28 anos 2015)

No espaço escolar é possível perceber um discurso muito resistente em relação as diferenças de gênero, se limitando muitas vezes a dicotomia do masculino/feminino. Nas falas dos entrevistados muitos mostram que o espaço escolar é necessário para pôr em prática essa discussão, pois é nele que se encontram muitas dessas diversidades e controlar sua circulação no discurso é favorecer a ignorância sobre o tema, como reflete o professor João:

Se a escola não fala e os pais também não falam, como é que aquele adolescente vai... Saber? Ele se depara com uma pessoa diferente dele. Ele é um guri, ele se atrai por uma mulher. Agora ele vê outro que se atrai por um outro guri... Porque ninguém falou daquilo. Ninguém falou que aquilo é normal. Ninguém escolhe por quem vai se atrair. Aí eles tratam coisas... Aí eu falo, a fase escolar é terrível. Justamente por falta dessa orientação nas escolas.
(João, professor, 20 anos, 2015)

⁵ Conforme pesquisa divulgada no site da Câmara dos Deputados de 1.016 adolescentes 73% desses sofrem bullying homofóbico; 60% se sentem inseguros nas escolas; e 37% já sofreram violência física. (Fonte: Agência Câmara de Notícias. Acesso em: https://www.camara.leg.br/noticias/525534-estudantes-lgbt-se-sentem-inseguros-nas-escolas-aponta-pesquisa/#.Weixz_fjchY.twitter Último acesso: 13/07/2020)

Pensando as diferenças, a forma com que são constituídas e fixadas, valorizadas ou negadas é possível perceber como é sutil essa “desconfiança” que vem ao falar do diferente. Como pensar e aceitar o diferente? Desconfiar do que é “natural” é necessário para pensar e discutir sobre essa norma existente, segundo a qual só se vê a heterossexualidade como realidade possível. A instituição escolar, ao identificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, historicamente tem contribuído para (re)produzir e hierarquizar as pessoas, fazendo do diferente um desigual, um inferior. Essa tradição deixa à margem aqueles que não estão em conformidade com a norma hegemônica, desta forma, não contempla a inclusão da diversidade sexual, proposta na atualidade (SANTOS *et al.*, 2008). Isso pode ser refletido a partir da fala da professora Marlene:

com relação a preconceito e essa diversidade sexual que existe, é um assunto bastante difícil, visto em primeiro lugar minha formação, é de casa, que faça com que a gente tenha algumas barreiras, e eu assim a aceitação junto com os alunos até é mais fácil, mas eu tenho bastante dificuldade. Eu vejo que ainda existe muito preconceito, onde muitas pessoas não conseguem expressar realmente a sua sexualidade, por medo, por vergonha, e essa falta de aceitação mesmo.

(Marlene, professora, 45 anos, 2015)

A formação que a entrevistada se refere neste momento como de casa, é sobre a questão da diversidade sexual, ou seja, ela não teve nenhuma formação profissional para trabalhar com o tema, assim, tendo dificuldade. Isso acontece na maioria dos casos onde o professor ao se colocar frente uma situação, seja uma discussão em sala, ou até mesmo um questionamento do aluno, não tem fundamentação teórica para conduzir e trabalhar o tema, partindo assim para o senso comum polemizando, ou como na maioria das vezes, mudando a discussão para outro assunto.

A ausência de discussão sobre a diversidade também se faz nas universidades. No curso de pedagogia, não há uma disciplina, tópico de ementa ou algum espaço adequado para discutir, pesquisar e socializar informações acerca da sexualidade, da homoafetividade, o que propiciaria o debate sobre a diversidade, como reflete o professor João:

Como é que tu vai querer que o professor fale sobre isso se ele também tem preconceito, porque ele também não teve uma educação, uma formação. Porque preconceito é literalmente um pré-conceito.

(João, professor, 20 anos, 2015)

Ao professor cabe conhecer e reconhecer a diversidade, sendo seu papel educar para a diminuição da agressão, da violência praticada cotidianamente, mas, esse papel não é só dele; envolve todos que trabalham e participam do ambiente escolar. A sala de aula, mas também o ambiente escolar como um todo, muitas vezes se constitui em um pequeno tribunal em que os casos de desvio da norma são julgados e sentenciados e muitas vezes, é também, espaço de execução da

sentença. Direção/coordenação, professores, colegas, exercem punições, exclusões e violências (na maioria das vezes simbólicas) a partir do que assumem como norma. Não se discute, problematiza ou compreende. Se exerce um poder efetivo cotidianamente. Inclusive, os professores, muitas vezes sem perceber, reproduzem estereótipos de gênero, como mostra a entrevistada,

Eu acredito que eles reproduzem isso no seu cotidiano, (...) os professores têm uma expectativa de meninos e de meninas. O menino ele tem que ser malandro, o menino ele vai ser malandro! E a menina não, é mais certinha e se ela não for tão certinha assim, a sexualidade dela deve ser questionada. Então a gente vê um preconceito né, dos professores. E como eles têm essa expectativa de reprodução. (...)

(Marcela, professora, 22 anos, 2015)

São estereótipos do “verdadeiro homem” e da “verdadeira mulher” que alimentam a representação dos adultos. Tais representações acabam formando na criança os conceitos de identidade. Caso tais conceitos não sejam discutidos e problematizados na escola, serão a fonte que geram práticas preconceituosas. O corpo heterossexual, desejado por certa moral pública, visto como normal e disciplinado, serve como referência e como padrão para a educação. Assim, a partir do padrão se desqualifica aqueles que não se enquadram. “Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina” (LOURO, 2000, p. 12). São ações cotidianas, experimentadas por pessoas de diferentes idades.

Quando eu era criança eu gostava mais de estar com as meninas do que estar com os meninos, então na escola, por exemplo, quando tocava Xuxa, os meninos não queriam dançar, mas eu queria, mas eu me segurava, e aí, no ensino fundamental, eu lembro que, eu tinha alguns trejeitos, e que os meninos falavam que eu era gay por causa disso, e eu tentava afirmar a minha masculinidade, então eu dizia que não, e dizia que eu gostava de mulher e falava de mulher e tudo mais para eles pararem de me chamar de gay.

(Felipe, professor, 28 anos, 2015)

A educação do corpo, esse andar, vestir e brincar “corretamente”, isso tudo é exigido tanto no ambiente familiar, na escola como também na sociedade. Esses estereótipos são resultado de uma relação política-social-cultural na qual se mantém um discurso heteronormativo que, na prática, pode ser visto desde os primeiros anos de vida, ou até antes mesmo da criança nascer. Assim, isto já está imposto, como por exemplo as cores e imagens na decoração, os brinquedos, as roupas - azul para meninos, rosa para meninas, carro para meninos e bonecas para meninas. Tudo isso os classifica de maneira binária em uma sociedade que busca essa padronização, onde não há espaço para o diferente.

De forma silenciosa se impõem certos papéis, segundo os quais não é necessária a fala, pois é em ações tidas como atos “naturais” que se mostra o que é “certo” e “errado”. São papéis que

legitimam o binarismo do gênero e tem como a única sexualidade possível a heterossexualidade e nesse sentido há todo um comércio para contribuir e manter a heteronormatividade.

Esse discurso heteronormativo, no qual se tem uma dicotomia do gênero, homem/mulher, menino/menina, já de muito cedo é apresentado às crianças como uma verdade. Assim, as enunciações limitam as possibilidades, criam identidades que se mostram e localizam cada um numa forma pré-fabricada. Desta forma, “todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1971, p. 44).

Na escola e na universidade, enquanto produtoras de conhecimentos e saberes, se faz necessário promover discussões e questionamentos sobre a diversidade. Não é mais aceitável um discurso pautado na lógica da heteronormatividade que homogeneíza, se faz necessário investir na compreensão da diversidade. Nessa lógica se vai além do hetero e do homo, pensar a partir de identidades múltiplas que transcendem a dicotomia de homem/mulher, feminino/masculino. Entende-se que a educação é o meio para se trabalhar a questão da aceitação, combatendo a intolerância. Assim, temos a possibilidade de positivar as relações na diversidade.

3 EDUCAÇÃO, HETERONORMATIVIDADE E HOMOFOBIA

Nessa relação entre educação, heteronormatividade e homofobia, muitas vezes está presente a injúria, esta que “molda as relações com os outros e com o mundo. E por conseguinte, molda a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo” (ERIBON, 2008 p. 27). Nas relações pautadas pelo autoritarismo, a vigilância e a injúria ao diferente, se tem uma forma de violência que atua no disciplinamento e molda o corpo do sujeito. A partir disso, supõe-se em pleno direito de ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas (LOURO, 1997). Tal pressão promove nos corpos dos sujeitos uma espécie de necessidade de tentar se enquadrar nos padrões.

Não aceitei por muitos anos, como eu disse foi com doze anos, com quatorze anos eu mudei de igreja, nessa igreja eu abri o meu caso né, e eu passei por vários processos para deixar de ser homossexual.

(Felipe, professor, 28 anos, 2015)

Nesse caso, se percebe a violência sublimada, transferida para a subjetividade; ela não é física nem verbal, mas um tipo de relação que impõe ao corpo um silenciamento. Em seus atos, em sua conduta, seu desejo foi obrigado a permanecer em silêncio.

Só a minha família que foi bem difícil, minha família toda, são bem homofóbicos, assim, eles são bem preconceituosos.(...) por isso sempre eu guardei pra mim, porque eu sempre tive medo da

minha família realmente me recusar, me rejeitar e eu acabar ficando sozinho, sei lá eu sempre acabei ficando meio na minha.

(Fernando, professor, 18 anos, 2015)

Além da violência física, há também a verbal que usa argumentos que colocam o homossexual como uma categoria inferior, de forma preconceituosa. Assim, o “desviante” é trazido para a ordem familiar heterossexual, tratado com preconceito, ou seja, homofobia: “a homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual” (BORRILLO, 2010, p.17). Porém, a homofobia expressa uma verdadeira alienação dos heterossexuais que, no cotidiano, promovem insultos e injúrias, algo com o qual os homossexuais já estão até familiarizados (BORRILLO, 2010).

Assim muitas vezes a família deseja que a escola seja uma extensão de seus preconceitos, que vá ao encontro do que eles desejam e transmite para seus filhos em casa, é visível nas falas dos alunos o discurso que a família tem. Se a escola não desenvolver essas questões, muitos continuaram reproduzindo o que lhe é ensinado. Um exemplo disso é o caso relatado pelo entrevistado:

Quando eles xingavam o outro de marica, de bixa, eu pergunto “que tu quer dizer com isso?” (...) Daí teve um caso que ele falou, daí eu “ta mas o que tu quer dizer com isso?” eu falava, “que é isso? Que que é? O que é marica, o que é bixa pra ti?”, daí ele “eu não sei professor, o meu pai xinga em casa!”. Aquele foi o momento que eu percebi, da educação sabe?

(Roberto, professor, 20 anos, 2015)

Nesse exemplo é visto como a criança reproduz o que o adulto mostra para ela ser algo inferior, ofensivo e que muitas vezes se não discutido e trabalhado gera práticas preconceituosas vivenciadas nos espaços, principalmente o escolar. Ao mesmo tempo em que esses discursos se apresentam de maneira sutil é grande a violência, seja ela verbal ou física, causada por eles. Compreendendo o conceito de violência necessita compreender, também, as relações de poder. O conceito de poder, na perspectiva de Michel Foucault, não é, necessariamente, uma forma negativa das relações humanas, sociais ou políticas. Todas as relações, hierárquicas ou não, implicam sempre um componente de poder. Este, por sua vez, comporta dois polos ou extremos que o margeiam, compondo uma espécie de faixa no interior da qual ele atua, oscilando entre estes extremos. Num dos extremos está justamente à violência, com sua variada gama de modalidades, mais cruéis ou mais sutis, explicitamente intencionais ou até mesmo despercebidas, como censuras ou interdições “pedagógicas”; no outro extremo situa-se o consentimento, também com uma variedade de possibilidades, desde um consentimento assumido entre iguais, por amor, por exemplo, até

consentimentos em que uma parte se sujeita à outra por interesse, para obter vantagens, favores, como os bajuladores, não deixando de ter aí certa dose de violência.

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis, por ser exatamente uma relação de poder: que o “outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de repostas, reações, efeitos, invenções possíveis. O funcionamento das relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos; nenhum exercício de poder pode, sem dúvida, dispensar um ou outro e frequentemente os dois ao mesmo tempo (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Conforme o autor, é fundamental diferenciar poder e violência. Uma relação de violência, não é a mesma coisa que uma relação de poder. A relação de violência sempre é uma relação de poder sem dúvida, mas nem toda relação de poder é uma relação de violência. Conforme se vê na passagem citada, a relação de poder, sem violência, é uma positividade entre as duas partes, que implica dois componentes necessários. O primeiro é a condição em que ambas as partes se reconhecem mutuamente como sujeitos até o fim, frisa Foucault (1995), seja em situações de igualdade, como entre colegas, amigos, seja em situações institucionais de hierarquia, como a relação pais e filhos, professor e aluno. O segundo componente é que a relação (sujeito a sujeito) abra e permita ou até deseje um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis, o que significa que, numa relação de poder sem violência o outro da relação não está obrigado a se sujeitar a uma vontade ou a uma moral exterior ou superior. Ao contrário, pode reagir à ação inicial, reinventando a ambos no interior da própria relação. É nesse sentido que a relação de poder é produtiva, pois ela abre a novas possibilidades.

Por outro lado, toda vez que uma das partes está condicionada a submeter-se, seja por quais razões forem, a relação implica alguma “dose” de violência. A violência não se opõe, propriamente, ao poder. Ela é uma das modalidades de seu exercício. Mas ela deteriora a positividade do poder, corrói suas bases autênticas e instaura uma noção puramente negativa de poder, como algo a ser evitado ou combatido. Em realidade, não é o poder que precisa ser evitado ou combatido, mas a gama de modalidades de violência que se aloja no interior de seu exercício. Quando não se tem possibilidades de resistência, também limita o sujeito à passividade, ao constrangimento, como uma prática que “marcam” os sujeitos, carregando-os de estigmas, sofrimentos, com efeitos duradouros em suas ações. Pensando a questão de gênero e sexualidade como relações de poder, onde não é um algo “dado”, mas sim construído entre as tramas dessas relações, são “naturalizadas” certas formas de sexualidade; toda vez que se manifestam comportamentos diversos aos padrões “naturalizados”, surgem estranhamentos que podem gerar relações de violência. “As identidades de gênero e

sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais. Elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2000, p. 3), elas comportam tanto a positividade criadora de novas experimentações da sexualidade, quanto à negatividade das interdições, sujeições, estigmas e sofrimentos que os preconceitos institucionalizados promovem.

É necessário o professor ter essa consciência e refletir sobre sua prática de maneira a entender que sua ação pedagógica não é neutra, mas sim política, que suas ações têm influência na construção do conhecimento dos alunos assim, como também a dele mesmo, e nesse ato de ensinar e aprender é necessário um estudo contínuo que busque sempre práticas que estejam de acordo com o que é proposto nos documentos oficiais e leis educacionais que tem como objetivo o combate ao preconceito, seja ele qual for.

4 CONCLUSÃO

As relações de poder (FOUCAULT, 1988) estão presentes na escola e por ela é possível perceber diferentes discursos, esta pesquisa limitou as análises apenas nos discursos referentes à sexualidade e, assim, como através deles as questões de gênero se constituem. Entendendo que a sexualidade está presente na vida do ser humano, da criança a velhice, e que suas representações extrapolam as categorias que tanto se tenta dar visibilidade.

O gênero é construído socialmente, tem influência cultural, econômica e política, assim, no que foi possível compreender, os referenciais de gênero presentes nos discursos que perpassam o ambiente escolar são ainda muito limitados à uma dicotomia feminino/masculino, heterossexual/homossexual, necessitando que haja uma mudança, transgredindo essa barreira da dicotomia e possibilitando, assim, a compreensão da vasta diversidade existente.

Percebe-se que esses discursos causam efeitos de inferiorização, silenciamentos, e geram uma não aceitação como relatado pelos alunos e professores participantes da pesquisa. Só foi possível perceber esses efeitos de subjetividade se colocando a escuta. É visível ainda a moral existente ao se discutir sexualidade na escola, remetendo a discussão ao campo privado da família isso quando não se silencia. Por isso, a importância desse debate chegar ao espaço escolar e à sociedade, visto que o trabalho que necessita ser realizado na escola sobre orientação sexual já está documentado e aprovado para ser posto em prática, como sugerido desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), “ser trabalhado como tema transversal” (BRASIL, 1997, p.58). Porém, uma das barreiras é a formação do profissional da educação, que não tem contato com o tema na sua formação inicial e caso não procure “a parte”, como fez a professora entrevistada, não conseguirá fundamentar sua prática. Inicia-se, assim, o dilema escola ou universidade? Não há dilema algum. A intenção não é localizar o problema, mas mostrar possibilidades. A escola se mostra importante neste processo, trazendo informação e discussão para as salas de aula, de forma a

reconhecer a diversidade e combater o preconceito. Porém sozinha não será possível, se faz necessário o investimento de pesquisa e formação junto às universidades e demais instituições para o combate, não só da homofobia, mas de qualquer forma de preconceito e violência, favorecendo assim uma sociedade mais humana e justa.

5 AGRADECIMENTOS

Ao refletir sobre a dificuldade de trazer esses relatos, memórias e lembranças tão pessoais e íntimas aos escritos acadêmicos, sabemos que muito se perde entre citações e análises, mas, mesmo assim, ainda se faz necessário para dar fundamentação ao que se quer mostrar, principalmente para “quem não quer enxergar”. Entretanto, deve ressaltar que muito mais subjetivo e sensível são estes sujeitos que entrevistei do que este simples recorte que fiz de suas falas. Agradeço a todos e todas que participaram da pesquisa, concedendo suas falas e experiências vividas para divulgação no meio acadêmico. Agradeço a Fundação Universidade Regional de Blumenau -FURB, que através do Programa de Pós-graduação em Educação me possibilitou o título de mestre ao apresentar minha pesquisa. Estendo este agradecimento ao meu orientador professor Dr. Celso Kraemer e ao grupo de Pesquisa Vozes e Saberes de Si. Por fim, não menos importante a CAPES, pela bolsa de demanda social, que financiou e ainda financia meus estudos durante a Pós-graduação.

REFERÊNCIAS

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. **Heteronormatividade ou Reconhecimento?** Professores e professoras diante da homossexualidade. 34ANPEd, GT23 Gênero, Sexualidade e Educação. Natal –RN, 2011.

BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Coleção Ciências da Educação. Orientada por Maria Teresa Estrela e Albano Estrela, ed. Porto, 1994.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito; (tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira). - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro : F. Alves, 1992. 238p., [1]f. de estampa dobrada, il, 21cm. (Educação em questão). Tradução de: La reproduction.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf> Último acesso em 17/07/2020

BRASIL. **Projeto de Lei PL 10577/2018, de 11 de julho de 2018.** Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 20 jan. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2181575>. Acesso

em: 17 nov. 2020.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

ERIBON, Didier. O choque da injúria. *In*: ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. “O Sujeito e o Poder”. *In*: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault – Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Publicado na França por Éditions Gallimard, Paris, 1971. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampáio. 16º ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79 p. (Leituras filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 1. ed. Brasília, D. F : SECAD : Unesco, 2009. 455 p. (Educação para todos, 32).

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**: Pedagogia da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação - Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 1. ed. Brasília, D. F : SECAD : Unesco, 2009. 455 p. (Educação para todos, 32).

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992

SANTOS, Claudiene; RAMOS, Maria Eveline Cascardo; TIMM, Flávia Bascuñan; CABRAL, Daniela Gontijo; LOBO, Tainah Dourado de Miranda. Diversidade Sexual na Escola e Homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008. Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ed. UFSC. 2008.

*Submetido em: 17 de julho de 2020.
Aprovado em: 03 de novembro de 2020.*